

ATA 04/06 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 2006, tendo por local o Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, na /Av. João Pessoa, 325, as 18:30 hs, realizou-se mais uma Plenária ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, com a seguinte Pauta. 1)Acolhimento, 2)Leitura da **Ata 03/06** resumida e Aprovação das **Atas 24/05 e 02/06**; 3)Avisos, 4)Informes, 5)Leitura de Pareceres e 6)PAUTA PRINCIPAL. A)Demissões Servidores da FUGAST do Hospital Presidente Vargas e b)Cooperação Técnica S.M.S. x ULBRA no IAPI. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: **1)Oscar Rissieri Paniz, 2)José Antônio dos Santos, 3)Tânia Mara da Silva Garcia, 4)Angela Regina Groeff Nunez, 5)Antônio Lozada, 6)Ivo Fortes dos Santos, 7)Clodomar Freitas, 8)Maria Leticia de Oliveira Garcia, 9)Ione Nichelle, 10) Deoçlides de Almeida, 11) Jaci dos Santos, 12)Zilda de Moraes Martins, 13)Maria Encarnacion Ortega, 14)Elen Maria Borba, 15)José Carlos Vieira, 16)Zailde Freitas da Silva, 17)Flávio Cassal, 18)Mariza da Fátima Waschburger, 19)Sandra Lúcia Santos Medeiros, 20)Sandra Mello Perin, 21)Débora Raymundo Melecchi, 22)Paulo Antônio Stoelben, 23)Aridene Duarte, 24)Isis Azevedo da Silveira, 25)Elaine Rosner Silveira, 26)Antonia da Silva, 27)Dinara Fraga Del Rio, 28)Alair Rosinete da Silva, 29)Neuza Bertoldo Siqueira, 30)Alcides Pozzobon, 31)Roger Santos da Rosa, 32)Guacira Gomes Abreu.** Conselheiro Suplente presente, o Sr. Walmir Labatut. Justificaram sua ausência: **1)Maria Geneci Macedo da Silveira, 2) Rosa Anacleto Vaz Carvalho, 3)Humberto Scorza,4)Maria Helena França, 5)Jairo Tessari, 6)Maria Ivone Dill, 7)Izolda Machado Ribeiro.** É feita a leitura da Ata 03/06, resumida, pelo Conselheiro OSCAR PANIZ, que após solicita ao Plenário se há algum esclarecimento sobre a Ata 24/05, entregue com atraso, aos Conselheiros. Nada havendo a mesma vai à votação, sendo aprovada por 13 votos favoráveis, nenhum contrário e 2 abstenções. É também questionado o Plenário sobre alguma alteração a ser feita na Ata 02/06. Nada havendo a mesma é encaminhada à votação, sendo aprovada por 9 votos favoráveis, nenhum contrário e 3 abstenções. O Conselheiro OSCAR PANIZ, coordenando a Plenária, encaminha os avisos. O Sr. CLODOMAR FREITAS, convida para a Festa de Carnaval do Hospital Espírita de Porto Alegre, que acontecerá dia 21 de fevereiro, as 14:00 hs. O Conselheiro VIEIRA, do Extremo Sul, convida a todos para uma festa que acontecerá Domingo, 19 de fevereiro, no CTG Estância da Amizade, arrecadando fundos para instalação da Rádio Comunitária. Diz também que sua Comunidade está com o Projeto Negrinho do Pastoreio, trabalhando com menores de rua e estão aguardando a presença de algumas pessoas para ajudá-los. Passamos então para os informes e o Conselheiro PAULO STOELBEN faz referência a reunião do Conselho Estadual de Saúde, desta tarde, onde, conforme documento anexo, do Centro Estadual de Vigilância em Saúde, há necessidade de nos alertarmos, em Porto Alegre, devido a quantidade de focos de Dengue. Continuando os informes, o Dr. MARCELO MATIAS, hoje representando o Gestor Municipal, responde a uma informação da Plenária anterior, onde o Sr. JOSÉ VALDIR disse que o Projeto da US Nova Gleba teria sido alterado. O Dr. MARCELO, diz que isto não é verdadeiro e o Projeto que está sendo executado é o mesmo aprovado anteriormente, pela comunidade. A Dra. ELIANE FERREIRA, Gerente Distrital Leste-Nordeste, comunica a inauguração, hoje pela manhã, da Farmácia Distrital Leste, no Centro de Saúde Bom Jesus. Se manifesta a Conselheira SANDRA PERIN, lembrando aviso da Plenária passada, sobre o aumento da vulnerabilidade em DST-AIDS da época em que estamos de férias e de carnaval. Conforme informação da Prefeitura, existem preservativos na Unidades de Saúde e cabe a nós multiplicar a informação. Se manifesta o Conselheiro VIERIA dizendo que ficou muito preocupado com Projeto apresentado no Telecentro de Belém, onde apareceu uma lâmina, projetada, onde o índice de mortalidade infantil é de 1000/23.

51 Isso, para o VIEIRA, preocupa pois existem muito poucas consultas pediátricas
52 disponíveis, na região. Fala o Conselheiro IVO FORTES, fazendo breve relato de reunião
53 do dia anterior no Conselho Glória-Cruzeiro-Cristal, sobre o Plano de Saúde Mental, que
54 foi muito positivo. Faz referência, o Sr. IVO, sobre notícia que está na imprensa hoje,
55 que trata da Unidade de Saúde Castelo, da Restinga, que estaria num próprio do
56 município e completamente destruído. Se manifesta a Sra. TÂNIA FAILLACE, convidando
57 para visitarem um “site” que trata de assuntos brasileiros e latino-americanos. Diz
58 também que participou do VI Fórum Social Mundial, na Venezuela, dizendo ter feito
59 contato com pessoal do Ministério da Saúde daquele País, onde houve interesse em
60 fazer intercâmbio com Porto Alegre, pois eles têm lá um Programa chamado “Barrio
61 Adentro” que é baseado na organização da Comunidade. Diz ter visitado um Posto de
62 Saúde, atendido por Profissionais cubanos. Se manifesta o Dr. MARCELO MATIAS,
63 respondendo ao VIEIRA. Diz que não há uma oferta de 5 consultas-dia por Pediatra lá na
64 região e sim são 5 fichas-dia, que é diferente, pois isso pode trazer uma distorção no
65 entendimento. Reconhece da necessidade de mais atendimentos e diz então que todos
66 estão acompanhando a contratação de mais profissionais médicos, que irão, na sua
67 grande maioria, para a Rede Básica e certamente a US Belém Novo será contemplada.
68 Sobre a US Castelo, esclarece que aquele prédio pertence a Metroplan, que o cedeu ao
69 Município. Afirmo o Dr. MARCELO, com toda a tranqüilidade diante deste Conselho, que
70 será recuperado o atendimento da Restinga, que ficou muito depauperado com a saída
71 de um grande número de profissionais. Tudo passará por este Conselho, pelo Conselho
72 Distrital e teremos condições de dar uma resposta melhor aquela comunidade. Agradece
73 ao Sr. IVO, pois estamos hoje numa situação ímpar em Porto Alegre, da qual a
74 Secretaria Municipal de Saúde, o Dr. PEDRO GUS e a Coordenação de Rede se
75 orgulham muito. É a primeira vez, em muitos anos, que nós temos todos os Postos de
76 PSF com horário de médicos, completos. Para que todos saibam o que isto significa, no
77 início de Governo, nós tínhamos 21 Equipes sem médicos em Porto Alegre. Como nós
78 temos um número maior de Equipes. Temos hoje 27 ou 28 Equipes, com médico,
79 completas, a mais de quando entramos. Isso significa, grosseiramente, que como cada
80 Equipe atende, na média 4 mil pessoas, em torno de 100 mil pessoas estão com
81 atendimento de Saúde de Família, a mais, do que tínhamos a um ano atrás. Isso é uma
82 conquista para a comunidade, para Porto Alegre e é um passo adiante para a Saúde. O
83 Coordenador OSCAR PANIZ encaminha então a apresentação dos Pareceres, sendo
84 que no primeiro momento serão apresentados os dois Pareceres sobre Planos
85 Operativos. A Coordenadora da Setec, Sra. ELEN MARIA BORBA faz a leitura então do
86 **PARECER 03/06-Plano Operativo-Parceria Resolve/PONTIFICA UNIVERSIDADE**
87 **CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**. A Plenária é consultada sobre eventuais
88 dúvidas. O Conselheiro PAULO STOLBEN solicita esclarecimentos sobre o que vem a ser
89 um Plano Operativo. O Dr. FERNANDO DIAS LOPES, representado a Entidade na
90 Plenária, faz um breve retrospecto sobre o tema. Nada mais havendo para ser
91 esclarecido, é encaminhada a votação, sendo o Parecer acima aprovado por 16 votos
92 favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção. Passa a Sra. ELEN à leitura do **PARECER 16/06-**
93 **Plano Operativo-Parceria Resolve/INSTITUTO DE CARDIOLOGIA-Fundação**
94 **Universitária de Cardiologia**. A Plenária é consultada sobre algum esclarecimento. Nada
95 havendo o Parecer acima é colocado em votação, sendo aprovado por 16 votos
96 favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção. O Coordenador OSCAR PANIZ solicita então que
97 sejam apresentados os Pareceres, referentes à Prestação de Contas, o que é relatado
98 pela Sra. ELEN BORBA. **PARECER 09/06-PACTO-Pastoral de Auxílio Comunitário do**
99 **Toxicômano, referente Prestação de Contas número 5 no valor de R\$13.609,97 do**
100 **Programa A Nota Solidária, do Governo do Estado. PARECER 11/06-CEREPAL-**

101 **Centro de Reabilitação de Porto Alegre, referente Prestação de Contas do Sexto**
102 **Trimestre, no valor de R\$23.295,79 do Programa A Nota Solidária, do Governo do**
103 **Estado. PARECER 13/06-AACD-Associação de Assistência à Criança Deficiente,**
104 **referente Prestação de Contas da Quinta Etapa, no valor de R\$7.808,32 do**
105 **Programa A Nota Solidária, do Governo do Estado. PARECER 14/06-SECRETARIA**
106 **DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE- Coordenadoria de Administração**
107 **Financeira e Orçamentária, referente Relatório de Informações Físico-Financeiras**
108 **sobre os Recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde-ASPS,**
109 **referentes ao ano de 2005. PARECER 17/06-HOSPITAL PRONTO SOCORRO, sobre**
110 **Termo de Ajustamento e Plano de Aplicação, no valor de R\$340.000,00 referente**
111 **Termo 021/2000(Ex-FUNAFIR)-R\$65.000,00. Parceria Resolve 2004-R\$75.000,00 e**
112 **Projeto Consulta Popular 2005/2006 no valor de R\$200.000,00. PARECER 18/06-**
113 **HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO, sobre Plano de Aplicação Convênio 2215, no**
114 **valor de R\$471.138,37 com recursos do Ministério de Saúde. PARECER 19/06-**
115 **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR VILA NOVA, referente Convênio SUSEPE, período**
116 **nov/dez/2005, no valor de R\$42.567,94. Após a leitura é solicitado ao Plenário se há**
117 **algum esclarecimento a ser feito. No Parecer da Associação Hospitalar Vila Nova, sobre a**
118 **SUSEPE, houve uma ressalva em relação à forma de Prestação de Contas, onde**
119 **aparece o nome dos Usuários relacionados. Para a SETEC, isto é anti-ético e já foi**
120 **chamado atenção anteriormente e solicitado novamente, ao representante da Entidade,**
121 **presente no Plenário, que se encontre uma outra maneira de apresentar o Relatório. Se**
122 **manifesta então o Sr. GIOVANI SOUZA SILVEIRA, que diz já ter conversado com a Sra.**
123 **ELEN, solicitando por escrito esta posição do Conselho Municipal de Saúde, pois os**
124 **pacientes, quando são encaminhados pela SUSEPE, são através do nome e não**
125 **documento. Assim poderá gestionar esta alteração à SUSEPE. A Conselheira ALAIR**
126 **diz que é necessário que este Conselho exija que o Convênio seja pago em dia, pois**
127 **além de ser pago um valor muito baixo é feito com muito atraso. O Coordenador OSCAR**
128 **PANIZ encaminha para a votação os **PARECERES 09/06,11/06, 13/06, 14/06, 17/06,****
129 ****18/06 e 19/06.** Os mesmos são aprovados por 18 votos favoráveis, nenhum contrário e**
130 **nenhuma abstenção. A Conselheira ZILDA MARTINS se manifesta, dizendo que é muito**
131 **importante que este Conselho insista em cobrar de algumas Instituições a instalação dos**
132 **Conselhos Gestores ou Câmaras Técnicas que certamente irão facilitar, em muito o**
133 **acompanhamento das mesmas pelo Controle Social. Passamos então para a Pauta**
134 **Principal, iniciando pela questão da demissão dos trabalhadores da FUGAST, que**
135 **prestam serviço no Hospital Presidente Vargas. Conforme previamente combinado, na**
136 **reunião do Núcleo de Coordenação, no dia 15 de fevereiro, haverá uma manifestação**
137 **inicial do SINDISPREV, do SINDISAÚDE e um trabalhador da FUGAST, após, a**
138 **manifestação do Gestor e abertura para o debate. Inicia então a manifestação a**
139 **Conselheira ALAIR, representando o SINDISAÚDE. Diz, inicialmente que quer a garantia**
140 **do Gestor, que estes Trabalhadores, da FUGAST, não sejam demitidos, sem a garantia**
141 **de Concurso Público. O Governo Estadual tem compromisso também. O Governo**
142 **Municipal tem que nos explicar porque esta aceitando estas demissões. O Governo**
143 **Estadual está empurrando para o Município estas demissões. Queremos sair daqui com**
144 **a garantia de que estes trabalhadores não serão demitidos. Não podemos deixar o**
145 **Hospital Presidente Vargas fechar, pois é um Hospital de pacientes de alto risco. Solicito**
146 **então ao Dr. MARCELO MATIAS, do porque estarem aceitando as demissões. Se**
147 **manifesta a Conselheira DINARA, que também é Diretora do SINDISPREV. É também**
148 **trabalhadora do Presidente Vargas. Lembra que muitos Conselheiros aqui presentes já**
149 **estiveram naquele Hospital quando aconteceu toda uma luta para a não privatização do**
150 **mesmo e contra as Organizações Sociais. Afirma a DINARA que o Hospital está sim na**

151 eminência de ser fechado, para depois ser Privatizado. Esta é a desresponsabilização,
152 tanto do Município, quanto do Estado, quanto Federal, em relação a Saúde. O Hospital
153 é 100% SUS e os trabalhadores das três esferas, mais os da FUGAST querem que ele se
154 mantenha 100% SUS. Esta é nossa responsabilidade enquanto trabalhadores e enquanto
155 Entidades representativas. Esta é a condição que nós trabalhadores do Hospital estamos
156 colocando, para este Conselho. Repensar esta situação, pois o Secretário Estadual da
157 Saúde já se desresponsabilizou. Ai a população Usuária perde o Hospital Presidente
158 Vargas. Ele atende também Santa Catarina e Paraná. Já está assinado pelo Secretário
159 OSMAR TERRA , que nos dias 13, 20 e 27 de março estarão sendo realizadas as
160 demissões, conforme tratativas com o Sr. RAUL MARTINS, conforme documento que
161 temos em mãos. Então queremos nos dirigir em especial aos Conselheiros, no sentido de
162 este Conselho tenha o compromisso com a Saúde Pública, com o SUS, pois não
163 podemos permitir o fechamento desta Unidade que atende parte expressiva dos Usuários
164 do SUS. Dizer que nós trabalhadores da FUGAST, lá desenvolvemos toda esta trajetória
165 ao longo do tempo. O Processo ainda não Tramitou Em Julgado. Tem ainda como recorrer
166 desta decisão. O que verificamos é que há uma antecipação do Secretario Estadual da
167 Saúde de desejar estas demissões destes trabalhadores. Há recurso para ser julgado
168 ainda. Dizer que esta grande responsabilidade é do Governo do Estado, do Município e
169 também do Conselho Municipal de Saúde. Estamos programando uma marcha, para este
170 início de março, no sentido de reverter a situação, que sabemos é eminentemente
171 política. Estamos aqui também responsabilizando o Secretário Municipal de Saúde, ou
172 seja, as duas esferas de governo. Ontem, em reunião, nós tiramos uma proposta de que
173 não aconteçam estas demissões. Temos que barrar estas demissões pois isso significa
174 fechar o Hospital, desassistindo parcela da População. Esta é nossa responsabilidade.
175 Fala o Sr. JOSÉ CARLOS MONTEIRO, trabalhador da FUGAST no Hospital Presidente
176 Vargas. Ressalta a importância de os trabalhadores da FUGAST não poderem continuar
177 trabalhando ansiosos, sabendo que amanhã ou depois poderão ser demitidos. Queremos
178 tirar daqui qual será nosso futuro. Demissão ou o que? Pois irá fechar o Hospital. Temos
179 hoje a maioria dos Pediatras como funcionários da FUGAST. Se forem demitidos, fecha a
180 cirurgia pediátrica. Estamos a 10 anos e conseguimos conquistas importantes. Sabemos
181 que a forma como entramos não foi a correta. Isto foi em 1986, quando era Governador o
182 Sr. JAIR SOARES. Se na época foi politicagem, hoje quem está pagando é o pessoal da
183 FUGAST e não podemos aceitar em ser demitidos da noite para o dia. Esta Carta-
184 Contrato nós temos que analisar. Como será? Nós tivemos vários Cursos de
185 Qualificação. Imaginem se sair Concurso Público. Sabemos que os que estão lá hoje
186 terão dificuldade de concorrer com quem está saindo das Faculdades. Por outro lado
187 eles têm qualificação sim. Temos que ver como será este Concurso Público. Como será
188 feita esta Carta-Contrato. Fala então o Dr. MARCELO MATIAS, dizendo primeiramente
189 que se sente tocado, de uma maneira mais do que pessoal, pela questão do Hospital
190 Presidente Vargas, pois lá trabalho a mais de 10 anos, inclusive, pela FUGAST. Portanto
191 em função disso temos o máximo de sensibilidade pelos mesmos motivos apresentados
192 pelo colegas, com os quais a gente trabalhou por durante tanto tempo. É importante do
193 ponto de vista do Gestor Municipal de pontuarmos algumas questões importantes,
194 inclusive, para trazer à luz deste Conselho, fatos que são verdadeiros a cerca deste
195 assunto. E quando a ALAIR coloca que o Governo Municipal está aceitando as
196 demissões, gostaria de dizer que isso pode, eventualmente, passar a impressão, mas não
197 é verdadeiro. Não é verdadeiro, pois o Governo do Município tem o máximo interesse na
198 manutenção dos trabalhadores da FUGAST, por conhecer o trabalho que eles fazem lá e
199 por reconhecer a importância que este Hospital, que hoje é um orgulho para o Município,
200 precisa destes trabalhadores. O Contrato com a FUGAST é com o Governo do Estado. O

201 Município não tem poder jurídico para evitar que o Secretário, unilateralmente, opte por
202 produzir estas demissões, assinadas pelo Governador. Mas o fato de que nós
203 juridicamente e até administrativamente não temos como recorrer, em hipótese alguma
204 faz com que nós estejamos concordando, pactuando ou aceitando isso. A prova disso é
205 justamente este documento que a DINARA citou. A assinatura do Dr. RAUL MARTINS,
206 não como Diretor do Hospital, e sim como Coordenador desta Secretaria, e aquilo foi um
207 acordo que foi feito porque o governo do Estado queria a demissão em dezembro, sem
208 avisar a Secretaria Municipal da Saúde e sem ter o quadro para que a gente organizasse
209 o Concurso Público. Na prática aquele documento empurrou 3 meses para frente, para
210 que nós pudéssemos avançar na negociação e para que o processo de Confecção de um
211 Concurso Público ou de uma alternativa legal, fosse construído. A alternativa legal para o
212 primeiro momento seria a das Cartas-Contrato, que não são, sob hipótese alguma, a
213 forma mais adequada de contratação. Todos concordamos que esta forma ideal é o
214 Concurso Público, mas todos queremos a manutenção da FUGAST, por reconhecer que
215 trabalhadores que levantaram junto aquele Hospital são responsáveis pela maior parte da
216 Assistência à população, deveriam ter o seu direito de manter o seu emprego. Portanto o
217 que foi assinado junto com o Estado não foi a demissão mas sim a manutenção, por mais
218 um período, no qual a Prefeitura esta tentando se reorganizar para ai sim poder fazer um
219 Concurso Público. Então, DINARA, é importante deixar claro, não há nenhum interesse,
220 nenhuma idéia, por parte do Gestor Municipal, que em suma é o responsável pelo
221 Hospital, do fechamento e nem na privatização. Aquele Hospital é 100% SUS, que
222 orgulha a população de Porto Alegre e a Secretaria da Saúde. Portanto não há nenhum
223 projeto desta Secretaria no sentido de fechá-lo ou privatizá-lo. Pelo contrário, nossa
224 posição era de que se não houvesse uma decisão judicial, porque há processo correndo,
225 a respeito disso, a Secretaria da Saúde seria favorável a manutenção, completa e
226 integral dos Contratos lá existentes. E é verdade, para quem não sabe, há um Processo
227 tramitando em Brasília a cerca deste caso específico e a esperança que a Secretaria
228 Municipal tem é de que os trabalhadores sejam vitoriosos, para que possam manter seus
229 empregos e para que o Gestor possa manter estes trabalhadores, extremamente
230 qualificados, ao seu lado. O que mais importa neste momento, mais do que se solidarizar,
231 porque não só a Secretaria da Saúde, como eu pessoalmente, por motivos que todos os
232 trabalhadores da FUGAST sabem, me solidarizo mais ainda. Mas é para os
233 trabalhadores saberem, o Conselho saber, que a posição da Secretaria da Saúde é a da
234 preservação de um Hospital extremamente importante, de qualidade pública incalculável.
235 Os trabalhadores da FUGAST vão ter, de nossa parte, o maior apoio possível. Iniciam-se
236 então as manifestações, com a Conselheira ZILDA MARTINS, dizendo que sua fala vai
237 no sentido de não às demissões e de Concurso Público. Pergunta ao Dr. MARCELO
238 MATIAS, qual o prazo em que estará sendo organizado este Concurso. Fala o
239 Conselheiro DEOCLIDES, dizendo fazer parte da Comissão de Municipalização do
240 Murialdo, e que lá naquelas Unidades também existem trabalhadores da FUGAST e que
241 trabalham muito bem. Defende que estes trabalhadores sejam mantidos no Município. Se
242 pronuncia o Conselheiro ANTÔNIO LOSADA. Registra primeiramente que é Usuário da
243 Saúde. Não sendo funcionário da Saúde. Diz que a Saúde está enfrentando inúmeras
244 dificuldades. Estas medidas de retrocesso, essa luta dos Trabalhadores do Hospital
245 Getúlio Vargas, é uma luta muito antiga. A muitos anos vem tendo a tentativa de privatizá-
246 lo, de fechá-lo. Esperamos que o Município, que está com um discurso de solidariedade,
247 realmente encaminhe ações concretas no sentido de se incorporar à luta dos
248 Trabalhadores, para que este Hospital não sofra retrocessos. A gente sabe a Política que
249 o RIGOTTO está levando com relação a Saúde, que é a pior possível. A preocupação,
250 na minha condição de Usuário, é de que a Saúde não sofra mais retrocesso. Que estas

251 medidas, estes contratos tenham o máximo de transparência, Dr. MARCELO. As coisas
252 não poder ser feitas embaixo do tapete. Têm que ter bastante transparência. Serem
253 públicas. A gente sabe que a prática antiga de fazer contratos entre amigos já é super
254 conhecida. Vamos tratar de evitar estas práticas. Se pronuncia o JOEL, dizendo que
255 muitos que estão aqui já lutaram juntos em defesa da Saúde Pública e nosso conceito
256 aqui é o de defender a Saúde, nacionalmente. Percebemos que hoje aqui temos um
257 acordo, que é o de não aceitar as demissões da FUGAST. Assim, esta Plenária tem que
258 tirar algumas medidas, que são práticas, pois as datas já estão expostas. Neste sentido
259 proponho, primeiro, que este Conselho aprove e publique uma Nota de que não aceita
260 as demissões da FUGAST, pelo que foi narrado aqui. Segundo. Que seja tirada uma
261 Comissão representativa, dos Conselheiros, do Poder Público Municipal, aqui
262 representado pela Secretaria da Saúde, e também da representação das Entidades
263 Sindicais dos Trabalhadores e com isso se vai buscar na Câmara Municipal e Assembléia
264 Legislativa que não aconteçam estas demissões no prazo previsto. E nesse sentido que
265 se encaminhe a questão do Concurso Público. Fala o Conselheiro IVO FORTES, que em
266 nome do Conselho Distrital Glória-Cruzeiro-Cristal, apoia totalmente a não demissão dos
267 trabalhadores do Presidente Vargas pois lembra que a luta que aconteceu anos atrás na
268 Vila dos Comerciantes foi praticamente idêntica, no sentido de defesa da Saúde Pública.
269 Se manifesta o Conselheiro OSCAR PANIZ pergunta ao Dr. MARCELO, na medida em
270 que estas Cartas-Contratos forem assumidas pela Prefeitura, ao mesmo tempo que estão
271 sendo contratados novos profissionais médicos, isto aumenta a despesa com pessoal do
272 Município e implica na Lei de Responsabilidade Fiscal. Como ficará esta equação? Fala a
273 Sra. LÚCIA, do SINDISAÚDE, dizendo estar aqui para dar o apoio de sua entidade a não
274 demissão dos Trabalhadores da FUGAST do Presidente Vargas. Diz que a Saúde já esta
275 ameaçada e fechando este Hospital ficará mais ameaçada ainda. É só ir de madrugada
276 nos Postos e se ver a dificuldade de marcar consultas. Se pronuncia ao Sr. ANTÔNIO
277 TOLLA, do Sindicato dos Enfermeiros. Diz que quer fazer uma reflexão. Mais do que
278 uma reivindicação pela permanência do Pessoal da FUGAST no Presidente Vargas, uma
279 reflexão. Na década de 90, 93/94, a Santa Casa estava perto de Administrar o Posto da
280 Bom Jesus. Este Conselho se posicionou, brigou, batalhou e não deixou. Quem sabe hoje
281 não estaríamos na mesma situação. Hoje temos no Município, nas Ilhas, o Hospital
282 Moinhos de Vento. Também na Restinga. O Hospital da PUC, na Lomba do Pinheiro. Até
283 quando? Mais 5 anos, mais 10 anos, 15 anos? Até quando? E estes Trabalhadores que lá
284 estão como vão ficar depois? Acho que este Conselho tem que parar para pensar nestas
285 questões. É muito sério. Hoje nós estamos com os Trabalhadores da FUGAST,
286 desesperados, sem saber o que fazer. Gostaria de trazer esta reflexão à vocês e trazer a
287 consideração ao encaminhamento da ZILDA, que é a permanência destes Trabalhadores
288 da FUGAST e aí o Município vai ter que dizer como fazer isto. Concurso Público já.
289 Representando o Gestor Municipal, o Dr. MARCELO se pronuncia, reconhecendo,
290 primeiramente nas palavras de diversas manifestações, a importância do Hospital e dos
291 Trabalhadores. Diz que há dois questionamentos, sendo um a Carta-Contrato e o outro o
292 Concurso. Sobre a Carta-Contrato, por uma questão jurídica, deve ser por quatro meses.
293 Tendo em vista isso, está se confeccionando um Concurso Público que ocorreria, caso
294 nada se reverta, em junho de 2006. O que está se imaginando é ter um tempo de Carta-
295 Contrato, para manter o Hospital aberto e após o período de Carta-Contrato, o Concurso
296 Público. É importante que se diga que este período que estamos dando é um período
297 muito difícil de a gente garantir, porque há uma série de trâmites burocráticos. O Estado
298 pressupõe um repasse de recursos da ordem de 10,8 milhões para a contratação de
299 funcionários. Infelizmente, este recurso, se entrar, não é suficiente para que se faça a
300 formulação de uma Equipe Funcional, dentro do Hospital, nos padrões que a Prefeitura

301 Municipal planejar para ele. Por fim o LOSADA colocou que o Município deve se
302 incorporar na luta. Nós temos nos incorporado na luta, entretanto acho que estamos
303 colocando todos os assuntos aqui, com o máximo de transparência e o fato de assuntos
304 como o da FUGAST e outros, virem para o Conselho, contribuem para a transparência de
305 todos os atos administrativos. Por fim o ANTÔNIO chamou a atenção a cerca da
306 existência de Parcerias com o Setor privado. Gostaria de discordar fraternalmente do
307 ANTÔNIO, porque parceria é sim uma forma que o Serviço Público tem para melhorar a
308 sua qualidade, a sua qualificação, o seu número de pessoal, o seu afluxo de
309 conhecimento, inclusive com Universidades, como está se propondo hoje. E toda a
310 Parceria que a gente faz, acaba não entrando na Lei de Responsabilidade Fiscal. Não
311 podemos perder de vista que Saúde é sempre uma demanda crescente. Queremos fazer
312 o melhor Gerenciamento possível e assim um maior número de pessoas se beneficiarão
313 em nossas Unidades. Portanto, todo o Recurso que possa vir para atendimento da
314 população do SUS, se for ético, correto, transparente e passar pelo Conselho, será bem
315 vindo. O Coordenador da Plenária, Conselheiro OSCAR PANIZ encaminha então as
316 Propostas. Tem a do JOEL, que seria 1) Nota do Conselho, na mídia impressa, se
317 posicionando contra as demissões da FUGAST, no Hospital Presidente Vargas, que seria
318 redigida em conjunto com as diversas Entidades aqui presentes. A Plenária é Consultada
319 e concorda, por unanimidade, sem haver votação. 2) Criação de uma Comissão, formada
320 pelo SINDISPREV, SINDISAÚDE, Sindicato dos Enfermeiros, Sindicato Médico,
321 Conselho Municipal, COSMAN e Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Câmara,
322 para manter contato e se agregar à Comissão já existente na Assembléia Legislativa e
323 3) Encaminhar Concurso Público. Fala o JOEL, dizendo que se o Conselho está se
324 posicionando por não aceitar as demissões dos Trabalhadores da FUGAST, ele está
325 rechaçando a proposta de contratação por Carta-Contrato. Isso também precisa ser
326 colocado na Nota. O JOSÉ PAULO diz que além do Município, o Estado tem que ser
327 envolvido. Se manifesta o Dr. CARLOS CASARTELLI, Diretor do HPV. Diz que não há a
328 menor dúvida que a Prefeitura, a Secretaria da Saúde, a Direção do Hospital e todos os
329 seus funcionários são contra as demissões. Representam 1/3 da nossa força de trabalho,
330 sendo a imensa maioria na área assistencial. Não se discute a qualidade destes
331 servidores, é excelente. Mas temos que fazer algumas discussões. Ninguém é a favor da
332 demissão. Temos que ser contra a contratação emergencial. A Prefeitura não pode ter o
333 processo em andamento. Se nós não conseguirmos reverter a demissão, pois não temos
334 uma autonomia para responder por isso, pois quem responde por isso é o Governo do
335 Estado, temos que ter um processo que nos dê condições de manter o Hospital
336 funcionando. Nós não podemos retirar o nosso processo de Carta-Contrato emergencial,
337 que está em andamento. Nós não queremos as demissões, mas se elas ocorrerem, e
338 quero dar um exemplo, de tudo que a Prefeitura tem feito. O aviso destas demissões, em
339 dezembro, nos pegou de surpresa, pois eram para Janeiro. Não havia tempo para nada.
340 O Dr. RAUL MARTINS, Coordenador da Assepla, disse que de modo algum aquilo
341 aconteceria e assumiu, como compromisso, com a Direção do Hospital, com os
342 Servidores, que não aceitaria aquela data, que foi transferida para março. A Secretaria
343 continua gerenciando que as coisas se alterem, mas não têm sido fáceis. Então a
344 prerrogativa que temos é de fazer com que o Estado não proceda estas demissões. Mas
345 deixando claro que nós não podemos parar com o processo de contratação emergencial,
346 pois se o Governo do Estado não voltar atrás, nós temos que ter algum mecanismo que
347 mantenha o Hospital funcionando. E concordo com os Servidores. Se tu tocas 1/3 da força
348 de trabalho, por mais qualificados que sejam os servidores que entrem, vai haver o
349 prejuízo no atendimento. Até que este 1/3 se adapte, adquira experiência, trará um
350 prejuízo grande. Se nós queremos que pare o processo de demissão, em definitivo, o

351 Concurso Público não é para já e sim para caso as demissões ocorram. Então Concurso
352 Público já, não serve se as demissões, não queremos agora e nem nunca, ou apenas
353 quando o Judiciário decidir. O grande problema, na minha opinião, é que o Estado
354 assumiu um ônus que era do Judiciário. Ele é que iria decidir pelas demissões. O Governo
355 do Estado antecipou isto. Não avalio o porque pois não conheço o posicionamento
356 político do Estado. Se quisermos Concurso Público já, haverá demissão em algum
357 momento. Parar com o processo de Carta-Contrato não podemos, pois daqui a pouco
358 não conseguimos reverter a posição do Estado. Se manifesta a DINARA, dizendo sobre a
359 Carta-Contrato que ela é paliativa e não resolutive. Num primeiro momento se faça este
360 encaminhamento de não as demissões, por conta de fechar o Hospital e ai se organiza
361 esta Comissão, para nos agregarmos à Comissão de Meio Ambiente e Saúde da
362 Assembléia Legislativa. Temos que manter a responsabilização do Governo do Estado,
363 pois tem a questão da verba. Esta contratação emergencial é onerosa para os cofres
364 públicos municipais e não resolve a questão dos Trabalhadores e também dos Usuários.
365 Dr. MARCELO solicita questão de ordem, esclarecendo que o Governo Municipal tem
366 plena convicção de que a Carta-Contrato não é uma solução. É um paliativo, para que se
367 ganhe tempo, tanto para a população de Porto Alegre, para o próprio governo, como para
368 os Trabalhadores, para que a gente possa organiza o Sistema para o Concurso Público.
369 Complementa, o Dr. MARCELO, que toda e qualquer Comissão que o Conselho constituir,
370 se o Governo Municipal for convidado, ele irá participar, pois esta é nossa obrigação. Se
371 manifesta o JOEL novamente, dizendo que a sua Entidade não aceita a Carta-Contrato e
372 demissões de Trabalhadores e que a Comissão, a ser formada, encaminhe também a
373 realização do Concurso, para contratação em definitivo dos Trabalhadores do Presidente
374 Vargas. Fala novamente o Dr. MARCELO, dizendo que o Município não tem, caso o
375 Governo do Estado decida, o poder para evitar a demissão. O Município tem que ter uma
376 alternativa. Por mais que concorde, filosoficamente com o JOEL, que a Carta-Contrato
377 não é o caminho certo, se o Município não se preparar para uma eventualidade de uma
378 decisão do Estado, que vai demitir pessoas e não ter pessoas para o dia seguinte, para o
379 Plantão, ela é a alternativa que temos. O Vereador CARLOS TODESCHINI pergunta
380 ao Dr. MARCELO se o Município não é o Gestor Pleno da Saúde. Responde o Dr.
381 MARCELO que sim e diz ao Vereador que existem trabalhadores oriundos de diversas
382 origens e entre tantas os da FUGAST, que estão cedidos para o Município, mas mantém
383 o seu vínculo pela FUGAST, pago pelo Governo do Estado, em acordo feito em década
384 passada, antes da Municipalização. Portanto, o fato de termos a Municipalização Plena
385 em Porto Alegre, não significa que nós tenhamos o poder de intervir em trabalhadores que
386 foram contratados por outro vínculo, especificamente na FUGAST. Gostaríamos de ter o
387 controle absoluto sobre todos os contratos de trabalhadores que foram cedidos ao
388 Município, especificamente porque nós estamos tratando aqui com as pedras angulares
389 das dificuldades do SUS, que são a Isonomia Salarial, do Plano de Carreira, das origens
390 diversas, salários diversos. Nos encaminhamentos é confirmada a constituição da
391 Comissão, pelo Conselheiro OSCAR PANIZ, ficando o SIMERS, SINDISAÚDE,
392 SINDISPREV, SERGS, Secretaria da Saúde, Conselho Municipal de Saúde, COSMAM e
393 Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Câmara de Vereadores. A forma de
394 encontro será definida entre as partes e as decisões ou eventuais propostas poderá se
395 trazer na Plenária de 02 de março de 2006. Passamos então para a próxima Pauta, que
396 é A Proposta de **COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A ULBRA E A SECRETARIA DA**
397 **SAÚDE DE PORTO ALEGRE.** Ressaltamos que esta Proposta já foi entregue à
398 muitos Conselheiros na Plenária passada. Inicia a apresentação da Proposta, que está
399 anexa à Ata, o Dr. MARCELO MATIAS, dizendo que uma das justificativas para este tipo
400 de Projeto, a gente sempre busca a Integralidade de nossas ações dentro do SUS. Como

401 é de conhecimento de todos aqui, da dificuldade que se tem de acesso nas diversas
402 especialidades médicas, às quais nós temos uma documentação muito grande de
403 referência e contra-referência, trancados, nas nossas Unidades. Não é a primeira e nem a
404 última vez que veremos pessoas, dentro deste Conselho, reclamando de seu acesso à
405 Consultas de Especialistas. Além disso muitas das Consultas Especializadas, não tendo
406 uma referência secundária acabam caindo diretamente dentro do Hospital e muitas
407 vezes tiram daí pessoas que poderiam ter acesso a uma Saúde terciária, deixando de
408 serem atendidas em nível secundário. Em função disso a Secretaria Municipal da Saúde
409 tem, dentro de seus objetivos, a descentralização das Especialidades Médicas. Nesse
410 aspecto sempre buscamos a questão da equidade. Não só equidade de atendimento, mas
411 também de recursos. Temos de dirigir os nossos recursos para onde nós temos a nossas
412 maiores dificuldades. Foi neste Conselho, muitas vezes citado, a importância das
413 Universidades, Faculdades de Medicina, tivessem um Currículo mais voltado para a
414 formação dentro do SUS. A Secretaria acredita que uma participação maior das
415 Universidades e dos Currículos, dentro de nossas Unidades, produzirá profissionais mais
416 capacitados, mais hábeis, mais formados e mais próximos de um atendimento do SUS.
417 Com o objetivo de ampliar a assistência, em especial nas especialidades que o nosso
418 estrangulamento é maior e também na melhor utilização de estruturas que hoje podem
419 estar, por diversas razões, com algum grau de ociosidade, utiliza este tipo de
420 Cooperação Técnica. Este Conselho sabe que sempre que nós temos um contato mais
421 próximo com a Universidade a qualidade no atendimento é maior. Vejam-se as nossas
422 Unidades que tem este vínculo com Universidades. Sobre o local a idéia é utilizar tanto o
423 Laboratório de Especialidades, como outra área, que por algum motivo, esteja subutilizada,
424 para que se criassem ali salas de aula. Sobre as Metas, iniciou-se negociando mil
425 consultas, passou-se para duas mil e agora estamos negociando, a médio prazo, duas
426 mil e quatrocentas consultas especializadas, por mês. Significa aproximadamente 26 mil
427 consultas especializadas por ano. Continua relatando o Dr. MARCELO, citando as
428 diversas especialidades, a serem atendidas, conforme cópia do Projeto, em anexo. A
429 ULBRA não se responsabilizará pela Alta Complexibilidade porque não é este o objetivo
430 deste Acordo de Cooperação Técnica. Não é pura e simplesmente o atendimento e sim a
431 assistência médica qualificada, com professores e alunos atendendo dentro dos melhores
432 índices de formação e ética para os nossos pacientes. O ensino será dado para os
433 alunos, mas nós também estamos pedindo que nossos trabalhadores participem destas
434 atividades internas. Todos os encargos trabalhista e previdenciários, toda
435 responsabilidade civil e criminal, que advenham da assistência, fornecimento de relatórios,
436 serão de responsabilidade da Entidade. Este Plano de Cooperação vale por 12 meses e
437 será renovado com aditivos e os recursos financeiros serão de responsabilidade da
438 ULBRA. Iniciam-se a pergunta e o Conselheiro ALCIDES POZZOBON já questiona se
439 não haverá o faturamento das Consultas. Inicia os questionamentos a Conselheira ZILDA
440 MARTINS solicita uma posição sobre a necessidade de implantação do Conselho Gestor
441 para acompanhar os seus resultados. Diz também que tem observado que se tem dado
442 uma ênfase muito ao atendimento médico. As 136 contratações foram de médicos. Neste
443 acordo é dada ênfase ao médico. Lembro também que é uma Parceria Público Privada. É
444 uma opção do Gestor. Se manifesta a SANDRA PERIN, dizendo que é uma demanda
445 que existe na cidade a muito tempo e que a gente já vem levantando no IAPI e região e
446 sabendo que não é objeto desta Pauta. Quando esta Gestão entrou, nos prometeu de
447 abrir um serviço especializado em AIDS, lá no IAPI. Ele não está contemplado aqui?
448 Então continua a demanda nossa. O Conselheiro PAULO STOELBEN se manifesta,
449 reivindicando também, que haja a implantação do Conselho Gestor no Centro de Saúde
450 IAPI. A Conselheira MARIA ENCARNACION manifesta-se dizendo que a ULBRA teia

451 saído lá da Restinga pois estaria devendo para o Município. Queria saber então, este
452 Termo de Cooperação não tem ônus nenhum? Não tem nada a ver com aquela dívida? E
453 se tem algum documento que diga que a dívida da ULBRA é ativa.? Questiona a Dra.
454 HELOÍSA, sobre os encaminhamentos. Entendi o MARCELO explicando que será
455 através dos documentos de referência e contra-referência. Este serviço ficará como mais
456 um prestador, inscrito na Central de Marcação de Consultas e ficará a disposição de todos
457 os Postos da cidade e não só da Região do IAPI. A Dra. ELIANE, Gerente da Distrital
458 Leste-Nordeste, pergunta como ficará a situação funcional dos atuais trabalhadores
459 perante a ULBRA? Quem vai Gerenciar? Quem vai Coordenar? Fala a Conselheira IONE
460 NICHELLE, dizendo ser notório na Região, na última reunião que foi feita no Conselho
461 Distrital, pelas pessoas que estiveram presentes, que existe realmente uma lacuna e se
462 reconhece a importância da aproximação das Universidades com a população e sabemos
463 que a ULBRA está precisando qualificar o trabalho de seus estudantes de medicina. Eu
464 queria que respondesse a questão da verba, pois esta pergunta já foi feita em Plenário e
465 não veio. O Controle Social, é o que nós assistimos aqui hoje, e também para quem
466 participa deste Conselho, representa a participação. A gente viu aqui hoje a importância e
467 a necessidade da participação. E neste acordo de Cooperação Técnica a participação
468 ficou muito aquém daquilo que estamos acostumados. Participei 7 anos do Núcleo de
469 Coordenação e estávamos acostumados que quando vinham Convênios, Acordos, era
470 discutido no Núcleo, depois ia para a SETEC. E quando vinha para a Plenária, todo o
471 grupo já estava tranquilo, pois o trabalho já vinha bastante qualificado. Neste ponto o
472 Gestor pecou e não estou aqui falando da Gerência, nem de ninguém. Acho que só
473 tivemos a discussão pois fomos atrás. Ai eu me pergunto. A gente fica com o pé atrás.
474 Neste documento, em nenhum momento, em nenhuma Cláusula, fala no Controle Social.
475 Nos outros Convênios, sempre tinha uma Cláusula onde falava no Controle Social. Nós
476 sabemos que indiretamente nós somos responsáveis pela fiscalização dos Serviços. No
477 IAPI, até hoje, houveram dois movimentos para criar o Conselho Gestor e não se
478 conseguiu. Por vários motivos. Gostaria de saber se alguém do Núcleo acrescentou
479 alguma coisa em relação a isso. Sabemos que, indiretamente, o Conselho tem que
480 fiscalizar. Uma das coisas que me preocupa é que uma das assessoras da Gerência me
481 disse que este Acordo não precisaria passar pelo Conselho. As pessoas passam
482 inexperiência, desconhecimento, que como as ações em saúde não envolvem verba, não
483 precisa aprovar. Quem constrói a Política, são as Conferências. Quem ratifica é o nosso
484 Conselho. E quem constrói junto são os 4 segmentos. Nós somos co-gestores. Cada um
485 faz a sua parte. É polêmico, é difícil, temos pessoas de vários segmentos. É lógico que dá
486 o embate. Mas quando a gente consegue discutir melhor os pontos de vista, o resultado
487 é muito melhor. Não temos nenhum mecanismo para fiscalizar isto. O melhor fiscalizador é
488 o Usuário. Gostaria então que esta relação com o Gestor fosse melhorada, pois nós
489 estamos aqui para participar e a gente só pode avaliar, acompanhar, tentar qualificar ou
490 até fazer uma crítica, no bom sentido, se a gente conhecer o Projeto. E este não foi
491 discutido com a gente. Estamos preocupados, pois a ULBRA vai trazer um número muito
492 grande de Residentes, em contrapartida o administrativo, os outros profissionais, não
493 estão confirmados. Então a gente se preocupa com a qualidade da coisa. O Dr.
494 MARCELO solicita para responder esta primeira parte encaminhada, e já respondendo
495 ao Dr. POZZOBON diz que todo o atendimento será pela ULBRA e todo o Faturamento
496 pela Secretaria da Saúde. Tudo o que ela atender, cairá dentro do teto de Porto Alegre.
497 Sobre o Plano de Trabalho ele existe e está a disposição para quem quiser. Sobre o
498 Conselho Gestor, não há um específico do IAPI. Este Gestor tem trabalhado justamente
499 no intuito de fortalecer e criar brotos de Conselhos Gestor. Me parece que é inadequado
500 que uma Unidade como a do IAPI não tenha um Conselho Gestor. A Comunidade

501 deveria participar mais. O Conselho Distrital é muito importante e muito presente. É
502 função e obrigação do Gestor estar presente 100% das vezes que for convocado para
503 isso. Com relação a ênfase a consultas especializadas médicas. Não podemos perder de
504 vista que o Acordo é com a Faculdade de Medicina da ULBRA. É importante que todos
505 saibam que está em pleno desenvolvimento pelo Governo Federal o Pró Saúde, ao qual
506 outras Universidades estão participando e que não é só Medicina. É um processo
507 inexorável, pois insere todas as carreiras profissionais dentro do SUS. Com relação a
508 contratação dos 136 médicos, não é uma questão de ênfase da Secretaria da Saúde na
509 contratação pura e simples de Médicos. São os Concursos válidos, que existem. Vem
510 precisamente ao encontro das necessidades de atendimento da população de Porto
511 Alegre. Todas as queixas que ouvimos, todos os dias, neste Conselho e em todos os
512 Conselhos Distritais é a queixa da falta de Médico. O Gestor, ciente disto, trabalhou no
513 sentido de contratação daquilo que a população mais pede, que é o acesso a consulta
514 médica. É importante que se diga que a contratação foi feita com equidade. Quem olhar
515 aquela lista perceberá que a contratação foi feita de maneira como nunca havia sido
516 feita na história de Porto Alegre, centrada exatamente nas necessidades da população.
517 Também se manifesta o Dr. LUCIANO BASTOS MOREIRA, Diretor da Faculdade de
518 Medicina da ULBRA, dizendo que anotou, enquanto o Dr. MARCELO falava, algumas
519 coisas importantes, e que quero acrescentar. Quanto ao órgão fiscalizador não foi dito
520 ainda um dos que eu considero o principal, que é o próprio aluno. Quando o aluno esta
521 junto com o professor, o Especialista, no caso, que está atendendo, ele de certa forma
522 inibe aquele profissional de fazer um atendimento rápido. É muito comum na medicina,
523 a tal de clínica AU-AU. Vai ao Doutor aqui, vai ali. Com o aluno presente, ele é um
524 controle de qualidade. Ele não aceita que o Professor não atenda de uma forma menos
525 adequada e menos dedicada. Os Senhores podem ter certeza que ao passar de algumas
526 semanas de atendimento, que será feito por 46 Professores, em 22 especialidades, será
527 de muita qualidade. O objetivo que nos levou a isso, como já foi dito, em primeiro lugar, é
528 ter pacientes suficientes para que os alunos pudessem atender junto com os professores.
529 Achamos que com isso estaríamos colaborando com os Especialistas. Estaríamos
530 recebendo de volta os pacientes. Quem estaria ganhando com toda esta associação de
531 esforços seria a sociedade, por um bom atendimento. Queria acrescentar ainda no que foi
532 dito da Interdisciplinabilidade, de outras áreas na Equipe de Saúde, que hoje eu
533 conversando com o Dr. FAGUNDES a respeito disso, disse que existe uma proposta da
534 ULBRA de colocar 4 Consultórios Dentários dentro do Posto. Por conta da ULBRA. Terão
535 professores atendendo todos os turnos da semana. Portanto, 10 turnos durante a semana
536 e que eu acho que traria um grande benefício à população. A Prefeitura entraria com a
537 área física e com o material dentário. A ULBRA colocaria os equipamentos e os
538 profissionais. Então o nosso objetivo é colaborar com a Saúde Pública, na medida em que
539 nossos alunos possam se integrar neste atendimento. Foi-nos falado a poucos dias que
540 andavam distribuindo panfletos da ULBRA Saúde lá na região. E nos ligaram dizendo que
541 nós iríamos atender a ULBRA Saúde. Não há nada disso. Jamais a Prefeitura admitiria
542 uma coisa dessas. Esse é o espírito que move esse nosso atendimento e fico a
543 disposição dos Senhores. Fala a Conselheira MARIA LETICIA, referindo-se a uma
544 matéria no Jornal Zero Hora de 2 de fevereiro, que dá conta que o Postão do IAPI terá
545 um reforço. Vindo então a matéria, dizendo o que vai ser feito. Em determinado
546 momento, diz na matéria, que precisa da aprovação do Conselho Municipal de Saúde. A
547 gente sabe que precisa. Não só precisa da aprovação, como da discussão. Por isso que
548 compactuo com a fala da IONE, quando ela questiona e fala da maneira como foi
549 encaminhada esta discussão com o Controle Social. Acho então que ainda está em
550 tempo que tenha uma cláusula que dê conta da participação da população. E isso tem

551 que ser feito aqui, hoje. Outra questão, segue a MARIA LETICIA, é algo levantado pelo
552 Conselheiro HUMBERTO SCORZA, em Plenária passada, que foi um pedido de que o
553 Núcleo de Coordenação buscasse informação sobre a dívida da ULBRA para com o
554 Município. Estou também, então, encaminhando esta solicitação e que o Conselho se
555 dirija à Secretaria da Fazenda para obter esta informação. Fala o Conselheiro OSCAR
556 PANIZ, dizendo que muita gente critica o SUS e ele não compartilha destas críticas. Cita
557 um trecho da Revista da Fiocruz que diz, “ Outro dia , em conversa com uma colega,
558 um pouco desmotivada, ela dizia; Não entendo o que você ganha por participar tanto de
559 Conferências, reuniões de conselho, cursos sobre controle social....No fim do mês seu
560 pagamento é igual ao de todos. Vale a pena tudo isso? Respondi: é verdade, não ganho,
561 porém todos ganham, ou você acha que o SUS seria o mesmo sem a efetiva participação
562 de toda a sociedade por meio do Controle Social?” Nós já conversamos com o Gestor
563 sobre os desencontros que houveram . Nós, como Usuários, por exemplo, quando nos
564 propomos a participar de um Conselho, queremos desempenhar o nosso papel. Sobre
565 acompanhamento, no ítem 4.4, após o ponto final, acrescentar: “ repassando uma cópia
566 ao Conselho Distrital de Saúde.” Esta é uma proposta. Se manifesta a Conselheira ALAIR,
567 dizendo que em relação à ULBRA tem suas desconfianças, pois já deu problemas na
568 Restinga. Pergunto se somente os alunos irão atender os pacientes ou os professores
569 vão estar juntos? Pois o que a gente vê em Hospitais com Faculdades, que no fim de
570 semana quem comparece são os alunos e os professores não. Pergunto também como
571 vai ficar o paciente do SUS, atendido pela ULBRA, pois quando as Faculdades estão
572 precisando de cobaias, elas oferecem seus Hospitais para ficar atendendo a população.
573 Depois que os alunos aprendem, eles deixam a gente na mão. Temos que estudar melhor
574 este Convênio. Está havendo muito Convênio e pouca resolução. Se manifesta o Sr.
575 FÁBIO. Diz querer chamar a atenção dos Conselheiro de um fato que pode estar
576 passando despercebido. No primeiro ponto aqui debatido foi sobre o pessoal da FUGAST
577 no Presidente Vargas. E a Prefeitura não tem concurso pronto para a substituição, na
578 eventualidade de ser necessário. A saída do pessoal da FUGAST é uma batata quente,
579 em cima da política do Estado. O Estado encara a Saúde como prejuízo. E ele quer se
580 livrar deste prejuízo. A Prefeitura encara a Saúde como um prejuízo e não quer assumir
581 este prejuízo. Quer adiar ao máximo o Concurso Público. Já devia ter feito este Concurso.
582 A mais tempo. Agora vai empurrar com a barriga. Se nós vamos pressionar para que haja
583 Concurso Público, ela não vai fazer. É prejuízo para ela. É assim que eles encaram
584 politicamente. Não é qualidade de vida, não é Saúde, não é condições para a população.
585 A mesma coisa esta passando aqui com o Convênio ULBRA. Ninguém está enxergando
586 que isto vai ser uma precarização no atendimento da população. Vão ser atendidos por
587 estudantes. Não serão Médicos formados. Estudantes especialistas. Não Especialistas
588 formados. Isso pode levar prejuízo à população. Que está sendo atendida, hoje, por
589 Médicos formados. Esse negócio de dizer que não há envolvimento de dinheiro, é colocar
590 a população como cobaia. E ninguém fala nada. O Controle Social que devia se preocupar
591 com isso está sendo levado de inocente nesta história. Vai aprovar um Convênio que diz
592 que não tem nada envolvido. Existe um Plano de Trabalho neste Contrato, que deve ser
593 apresentado. Se, por acaso, ele for complicado, a Prefeitura e a ULBRA tem a obrigação
594 de traduzir, numa linguagem clara, para população entender o que vai ser feito, como vai
595 ser feito, como vai ser atendida a população. Da mesma forma o pedido que a
596 Conselheira fez sobre o Controle Social. Temos que subsidiar a população para garantir a
597 qualidade do atendimento. A ULBRA é um Hospital que tem laços fortes com os Estados
598 Unidos. E vocês sabem como é a Saúde Pública nos Estados Unidos. É extremamente
599 precária. Até hoje não tem um plano como o SUS lá. Eles não tem que vir dar aula para
600 nós aqui. Tem que aprender a fazer Saúde Pública. Eu admiro os Projetos que a ULBRA

601 tem para envolver os alunos com os esportes. Em Saúde pública não tem como dar aula
602 para nós. Temos que fiscalizar sim. Espero que seja um bom Convênio. Espero que
603 funcione. Agora tem que provar para nós que não é aquela porcaria que tem lá nos
604 Estados Unidos. Não podem ficar dourando a pílula. Nem apresentação teve. Não se sabe
605 quantos vão ser atendidos. Como vão ser atendidos. Se vai atender Médico. Se vai
606 atender aluno de primeiro ano, de segundo ou terceiro ano. Fala o Conselheiro
607 CLODOMAR, observa sobre o discurso inflamado do Sr. FÁBIO, mas diz que é a primeira
608 vez que o vê aqui. Diz então o Sr. CLODOMAR, como nós não temos nada e alguma
609 coisa está sendo feita, então, precisamos fazer Concurso Público, precisamos. Se não
610 temos o Concurso, temos uma Parceria. Ótimo. Mais Parceria, melhor ainda. Se for bom
611 para a população, ótimo. Eu estou vendo aqui briga de Sindicato. Briga de funcionário.
612 Precisam trabalhar. Todos Precisam. Isto vem de 5 ou 6 anos. Não é de agora. Acho que
613 a revolta é do governo anterior. Não venham criticar um trabalho que está sendo feito com
614 seriedade. Agora, se a ULBRA fez porcaria na Restinga, tem que responder. Concordo.
615 E tem que dizer para nós Conselheiros, o que foi feito de porcaria lá. Ai eu vou ser
616 parceiro da ULBRA se ela vier aqui e disser a verdade. Eu gostei do Convênio. Mas tem
617 de botar uma cláusula que tenha Conselho Gestor. E isso tem que constar, esta cláusula,
618 hoje. Fala o Sr. ANTÔNIO TOLLA, do Sindicato dos Enfermeiros, dizendo, com certeza,
619 não estar aqui pela primeira vez. Diz achar que a apresentação foi muito interessante. Eu
620 acho preocupante, pois foi colocado que nós estamos necessitando de Médicos, e que
621 estão sendo contratados 136, através de um Concurso que ainda estava valendo.
622 Estamos fazendo uma Parceria com a ULBRA, onde o Município não vai ter nenhum tipo
623 de gasto. Mas, eu não entendo porque estão sendo contratados 136 Médicos e estamos
624 diminuindo consultas em PSF. Ou este Conselho não sabe que nós diminuimos 4
625 consultas por turno, no PSF. Isto dá uma média de 300 consultas por dia, que deixam de
626 ser atendidas. Porque estamos contratando 136 Médicos? É algo que não consigo
627 entender. O MARCELO, disse que matemática é uma ciência exata. Eu não consigo
628 entender. Porque que nós diminuimos quase 300 consultas por dia, e não estou falando
629 de 2 turnos, mas de 1 turno só e ainda contratando 136 Médicos e fazendo Parceria.
630 Quanto a Parceria, eu já tinha me pronunciado anteriormente. O Sindicato dos
631 Enfermeiros, não é de agora. Votamos na Gestão anterior, Dr. MARCELO, contra todas
632 as Parcerias que foram efetivadas. Podem ser buscadas nas Atas anteriores. Saúde
633 Pública não se faz assim. Não é desta forma que a Universidade Luterana do Brasil vai
634 aprender a fazer Saúde Pública. A Universidade Luterana vai aprender a fazer Saúde
635 Pública no momento que levar para dentro de sua Universidade, nos seus bancos
636 acadêmicos e ensinar as Diretrizes e os Princípios do SUS. Não é fazendo consulta e
637 clinicando que vai aprender Saúde Pública. Não é neste governo e nem no anterior.
638 Somos contra qualquer tipo, pois entendemos que a questão de Assistência à População
639 é obrigação do Gestor. Sabemos que a Lei permite que sejam feitas Parcerias,
640 contratações de Serviços Privados. Pagar serviço privado, como nós tivemos em
641 manchete, onde a Prefeitura pagou para botar no jornal, não sei quantas consultas, não
642 sei quantas cirurgias. Tudo na Rede Privada, porque na Saúde Pública, não foi feito nada.
643 Diminuiu. Diminuiu o CP em Porto Alegre, pela primeira vez. Fica para a reflexão dos
644 Conselheiros. Fala então o Dr. MARCELO, dizendo à LETICIA, sobre qual a forma do
645 Controle. Ela certamente tem uma história bem mais longa em termos da participação em
646 Conselho do que eu tenho. Eu estou construindo uma história. Já está legislação que faz
647 parte dos Conselhos fazer o Controle de toda e qualquer coisa que diz respeito a
648 Assistência a Saúde. Portanto, não somos contra que se coloque um artigo para isso.
649 Apenas, eu creio, e é uma opinião pessoal, tendo em vista de que já está escrito, numa
650 Lei maior. Está previsto na Constituição. Com relação a Dívida Ativa da ULBRA, torno a

651 dizer, não é algo da Secretaria da Saúde. Não temos acesso a nenhum destes dados, até
652 porque nossa função não é a de fazer isso. Sobre o fato de o OSCAR ter colocado de
653 que gostaria de ter participado mais e querer participar, concordo integralmente. Já
654 reconheci aqui, quando a IONE fez a fala dela, que nós todos estamos aprendendo.
655 Estamos em crescimento. Eu acredito que também o Conselho enxergue isto. Perceba,
656 que aos poucos a gente vai obtendo um crescimento e como toda a relação ela vai se
657 construindo. Com o tempo, ela vai aprendendo, bilateralmente. Portanto a nossa tendência
658 é ter uma relação cada vez mais harmônica e melhor. Diz, para a ALAIR, que é
659 importante que fique claro que todo paciente que for atendido por um aluno, não é uma
660 cobaia. É muito importante para o conhecimento, que justamente nos Hospitais
661 Universitários a gente tem as melhores qualidades de atendimento. Justamente pela
662 vinculação, pela capacitação, com a formação, com a formação de conhecimento. Não
663 podemos esquecer que nossos funcionários, são colegas, profissionais. Não precisam,
664 necessariamente, ter a formação que um professor de uma Universidade tem. A
665 orientação feita por um professor, como regra, é qualificada. Este paciente não é uma
666 cobaia. Ele é beneficiado pelo conhecimento de pessoas que tem conhecimento acima da
667 média. Com relação ao que o FÁBIO colocou, é muito importante a gente pontuar
668 algumas coisas. Não vou entrar no mérito de todas colocações que tu fizeste, mas para o
669 Município de Porto Alegre a Saúde não é vista como um prejuízo. Na tua fala mesmo, tu
670 entendeu, que nós, ao contratar 136 Médicos, não consideramos desta forma. Nenhum
671 Município que se dispõe, recém saído de uma dificuldade de Lei de Responsabilidade
672 Fiscal, de uma Prefeitura que nos entregou com dívidas, fazer a contratação de 136
673 profissionais, para atendimento direto à população, ao custo de mais de 2 milhões de
674 reais por ano. Nenhum Município que faz isso, no primeiro momento que ele consegue,
675 está colocando a Saúde em segundo lugar. Quero te afirmar, se não percebeste isso, que
676 a Secretaria da Saúde é a Secretaria que mais cresce dentro Município. Contratamos
677 136 Médicos, estatutários, por Concurso Público, para atendimento direto à população e
678 contratamos também, e ai me surpreende a posição do ANTÔNIO, dizendo que está
679 diminuindo a consulta médica nos PSF. Contratamos também, nos últimos 6 meses mais
680 de 25 Médicos, para atendimento em PSF, em tempo integral, de 40 horas, quando nós
681 tínhamos PSF sem Médico, que foi uma modalidade instituída em Porto Alegre, como se
682 fosse Saúde, que para min não é PSF. Acredito que para algumas pessoas seja PSF.
683 Para o Gestor de Porto Alegre, PSF sem Médico, não é PSF. Este governo fez, de 21
684 Equipes, sem Médicos, hoje nós tenhamos todas as Equipes com Médicos. Isto só se
685 obteve as custas de vontade política. Diz ao ANTÔNIO, que é muito importante para a
686 compreensão, inclusive deste Conselho. Diminuir o número de consultas agendadas,
687 dentro do PSF, para quem tem o mínimo de conhecimento em PSF, só significa diminuir o
688 número de consultas agendadas. A produção individual do PSF não diminui. O objetivo da
689 redução da consulta agendada é possibilitar que o PSF cumpra uma de suas funções,
690 que é o atendimento em Pronto Atendimento. Por isso nós aumentamos a capacidade de
691 resolução do PSF para atendimento de baixa complexidade. Esta é uma das decisões
692 que a Secretaria da Saúde esta tomando, no intuito de seguir um caminho, que é o único,
693 que é o de aumentar a resolubilidade na Rede Básica, para diminuir o sofrimento e o
694 tamanho das dificuldades dos nossos Pronto Atendimentos. O Sindicato dos Enfermeiros
695 fez a denúncia de que os PSF estariam diminuindo a produção, o que não é verdade, até
696 porque no governo anterior tinha consulta zero em 21 deles. Ao contratar 136 médicos,
697 que vão, na sua esmagadora maioria, para a Rede Básica, esta vai precisar um suporte
698 maior de todas as coisas. E diz ao ANTÔNIO, que concorda integralmente com ele, que
699 como posição política, qualquer indivíduo, dentro de uma democracia, pode ter uma
700 posição contrária ou favorável a qualquer coisa. Mas é importante que fique claro, para o

701 Conselho e para a população, que este Gestor está buscando é aumentar a oferta de
702 Saúde, o atendimento. Quero por fim agradecer a posição do CLODOMAR, pois ele
703 critica quando tem que criticar e elogia quando tem que elogiar. O importante é que se
704 entenda, cometemos erros, cometemos acertos. Admitimos nossos erros sem maior
705 dificuldade, mas tudo isso visa o melhor atendimento a população, em especial a
706 população carente. Se manifesta o Dr. LUCIANO BASTOS MOREIRA, pela ULBRA,
707 dizendo que na primeira Pauta havia uma defesa do trabalho, não havendo posições
708 antagônicas. Querem botar o pessoal para fora. Outros não querem. Ai dá briga. Tudo
709 bem Nesta segunda Pauta eu não vejo motivo, porque nós estamos no mesmo lado. Os
710 senhores querem o melhor atendimento à sociedade. Querem uma Saúde melhor. Nós
711 também. Estamos absolutamente no mesmo lado. Quando falam da ULBRA, dizem ela é
712 dos Estados Unidos. Ela não é de lá. É da Comunidade Evangélica Luterana São Paulo,
713 cujo nome é ao Santo Paulo, aqui de Canoas. Nada a ver com São Paulo. O Presidente
714 da mantenedora da ULBRA é um mecânico. Tem uma Oficina. É gente da comunidade.
715 Não tem nenhuma vinculação com os Estados Unidos. Não recebe nenhum tostão. A
716 ULBRA presta uma série de filantropias. De atividades filantrópicas. Muito mais do que
717 outra instituição, que todo mundo faz doação, que não vou citar eticamente. Morre uma
718 pessoa, doa a casa. Hoje não atende mais os pobres, praticamente. Só Convênios. A
719 ULBRA presta atendimento, gratuito, para grande parcela da população. Participamos
720 dos Mutirões propostos pela Prefeitura. Operamos centenas de Parcerias. Quanto a
721 Restinga, também. Dizer que a ULBRA prestou mau atendimento lá não é verdade. Era
722 muito bom. A ULBRA gastava mais de 40 mil reais/mês na folha e não se ressarcia disto.
723 A população fez um levantamento, mostrando contrária a saída da ULBRA. Se saiu
724 porque tem esta dívida, não sei. Sou da parte técnica da Medicina e não posso responder
725 por isso. Quais são as entidades que investem em saúde aqui no Estado, para ter
726 prejuízo.? Que eu saiba só a ULBRA. Vejamos. O Hospital de Reumatologia, estava
727 fechado, quebrado. A ULBRA foi lá e comprou. Dá emprego a centenas de profissionais.
728 Hospital Ipiranga. A ULBRA comprou, depois ele não tinha condições físicas e agora
729 será Casa de Estudante. Hospital Independência, se a ULBRA não tivesse comprado,
730 estaria fechado. Como o Lazzaroto, que a ULBRA não quis comprar e até hoje está
731 fechado. A ULBRA esta investindo milhões no Hospital Universitário em Canoas. Então a
732 ULBRA está demonstrando interesse em investir na Saúde, que todos os senhores
733 sabem, não dá retorno. O Hospital de Tramandaí atende SUS. E a ULBRA quando
734 atende SUS, se forem ver a alimentação não tem diferença para paciente privado e
735 paciente SUS. A qualidade é a mesma. O problema de os alunos atenderem sozinhos. Se
736 descobrirem que os alunos estão atendendo sozinhos, me chamem, que coloco o
737 Professor para a rua. Eles são muito bem pagos. Tem horário. Eles vão estar lá no
738 horário que tem de estar. A ULBRA tem mais de 3 mil médicos credenciados no seu
739 Sistema de Saúde. Destes, 110 são Professores, escolhidos a dedo. Os alunos pagam
740 muito bem para estarem atendendo sem Professor. Esta hipótese não existe. Quanto a
741 cobaias, que já foi respondido pelo colega, foi dito que depois que aprende, ai largam.
742 Não, nunca deixam de aprender. Por que depois que aquele aprende entra outro. É uma
743 linha de aprendizado. Queremos um bom atendimento. Um exemplo disso é a Vila
744 Operária, em Canoas. Entrem em contato com o Conselho de Saúde de Canoas e se
745 informem. O benefício para aquela Vila está lá e nos comprometemos de acompanhar
746 numa visita a ela. Resumindo, então, a ULBRA é parceira dos senhores. Nós queremos
747 colaborar com a Saúde Pública. Quando eu falei em botar 4 consultórios, vão falar, “ A
748 ULBRA é muito boazinha em dar 4 consultórios”. É evidente que o aluno precisa
749 aprender. Todos os alunos de Odontologia do mundo aprendem em pacientes. Gostaria
750 que os senhores nos dessem oportunidade para isso. O coordenador OSCAR PANIZ,

751 propõe os encaminhamentos. Fala a Conselheira IONE, dizendo aos representantes da
752 ULBRA que em nenhum momento alguém se posicionou contra. Estamos colocando aqui
753 o que se passa na cabeça das pessoas, lá na sociedade, que a ULBRA, e acho até bom
754 o Sr. ouvir, se não for verdade vai provar e se for uma falha, esta vai ser corrigida. Acho
755 importante a aproximação da Universidade com a população, que é aquilo que o
756 ANTÔNIO falou, de que a ULBRA não tem preparo suficiente para trabalhar com a
757 clientela do SUS. Isso é o que passa na cabeça de muita gente. Ou vocês desfazem a
758 imagem, e todo mundo ganha com isso. E a outra questão é com o Gestor. Eu até fiz
759 uma pergunta aqui, que um colega me disse que era uma pergunta ingênua. Qual é o
760 lugar do Conselho nesta Gestão? Porque, novamente o Conselho Municipal de Saúde
761 ficou sabendo pelos jornais que seriam contratados 136 Médicos? São 136 funcionários.
762 Quanto vai custar? De onde vem o dinheiro? Nós, que vamos votar, temos que correr
763 atrás da máquina. Alguma coisa esta errada. A minha proposta é colocar um adendo. A
764 nona cláusula, que é a atual, seria a décima. Seria a Clausula do Controle Social.
765 **“DEVERÁ SER PRESTADO CONTAS AO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO**
766 **ANDAMENTO DESTA ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, A CADA 4 MESES”**
767 Porque ficar escrito? A gente sabe que é uma coisa que está na Lei. Se estiver escrito, no
768 Acordo, será uma coisa rotineira e agente vai lembrar e vai poder se organizar. Se não
769 fizer isso, ficará no esquecimento. Será bom para a ULBRA, que qualificará o trabalho e
770 para nós que tomaremos conhecimento das ações. A Conselheira LETICIA solicita
771 esclarecimentos, pois a IONE já encaminhou a questão. Questiona então ao Dr.
772 MARCELO de que não haveria necessidade de constar na cláusula, já que estaria na Lei?
773 Se não precisasse, não estaria na Lei maior, que é a Constituição. Acho que precisa sim.
774 São as regulamentações que a Lei exige. O Sr. FÁBIO, sugere que quem deva
775 acompanhar o trabalho da ULBRA no IAPI é o Conselho Gestor, que terá que ser criado
776 e dentro do Contrato. Solicita também o Plano de Trabalho, mais detalhado, pois depois,
777 no andamento, quando tivermos que acompanhar, se não tivermos uma referência, será
778 difícil. O Conselheiro OSCAR diz que sobre o Conselho Gestor, este tem de ser
779 construído e não imposto. É encaminhada a leitura do Parecer pela SETEC. A Sra. ELEN
780 BORBA apresenta então o **PARECER 15/06 referente ACORDO DE COOPERAÇÃO**
781 **TÉCNICA entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE e a**
782 **UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL**. Considerando que deverá ser acrescido no
783 texto do Acordo a proposta da Conselheira IONE é encaminhada então para a votação
784 do Plenário. O Acordo Cooperativo é aprovado por 17 votos favoráveis, 1 contrário e
785 nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, as 22:15 hs o Coordenador OSCAR
786 PANIZ da por encerrada a Plenária, sendo lavrada a presente Ata.

787 OSCAR RISSIERI PANIZ MÁRCIA ELISA PEREIRA TRINDADE
788 Coordenador da Plenária Secretária

789 Ata aprovada na reunião Plenária do dia 23/03/2006.